



i

01-09-2015

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Justiça

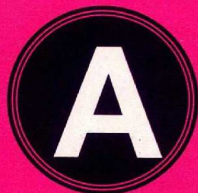
Dimensão: 1741

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3

MINISTÉRIO PÚBLICO DIZ QUE COMBATE À CORRUPÇÃO ESTÁ EM RISCO

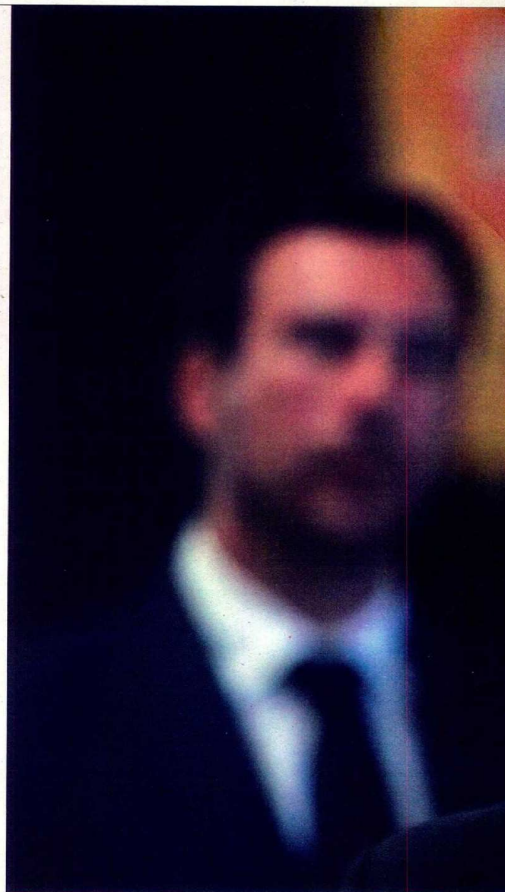
// PÁGS. 2-3



Radar

António Ventinhas
não poupa a política
do governo.

MANUEL DE ALMEIDA LUSA



Ministério Público. Sindicato prevê “rápida destruição” da investigação criminal

Os estatutos por aprovar e a carência de magistrados do MP põem em risco o combate à corrupção.

Em tempos de campanha política, o SMMP lança dez perguntas aos partidos

PEDRO RAINHO
pedro.rainho@ionline.pt

Ainda no rescaldo das palavras de Paulo Rangel sobre o processo que mantém José Sócrates em prisão preventiva – “chicana política” que, ainda assim, denota uma “aspiração” de controlo da justiça pelo poder –, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) alertou ontem para o risco que paira sobre a investigação criminal. “Se o sistema não for alterado

rapidamente, assistiremos a uma rápida destruição do funcionamento dos Departamentos de Investigação e Acção Penal (DIAP).

O SMMP esperava que, por esta altura, o novo estatuto dos magistrados do Ministério Público (MP) já tivesse sido aprovado e estivesse em vigor e que, com a nova versão, ficasse consagrada a “carreira plana” – um modelo que permitiria a progressão sem que os magistrados tivessem de sair dos DIAP para tribunais especializados.

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Justiça

Dimensão: 1741

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



JUSTIÇA

Se o sistema não for revisto e os estatutos actualizados (algo que já só acontecerá na próxima legislatura), "assistiremos a uma rápida destruição do funcionamento dos DIAP". O alerta, renovado, surge da parte do presidente do sindicato, António Ventinhas.

A falta de magistrados é outro dos problemas identificados. Neste momento, de acordo com o secretário-geral do SMMP, seriam precisos 200 novos elementos e cerca de mil novos oficiais de justiça, "e isso para que o MP possa funcionar em condições mínimas, não estamos a falar de uma realidade ideal", sublinha Filipe Preces. "Se nada for feito para atalhar este problema, com as jubilações e com as aposentações que se prevêem, o problema tende a agravar-se de uma forma significativa e com prejuízo para o cidadão".

No final, é a investigação criminal – e o próprio combate à corrupção – aquilo que mais sai prejudicado. Os melhores deixam os DIAPs e rumam aos tribunais de comércio, trabalho ou família para poderem avançar na carreira profissional.

Quanto às declarações do

social-democrata Paulo Rangel, na Universidade de Verão do PSD (ver página 12), Filipe Preces considera que é preciso dar o desconto devido pelo "contexto" em que foram produzidas (o clima de campanha eleitoral tende a promover declarações nesse registo), mas admite que as palavras constituem uma aspiração "do poder político sobre a justiça. "Se tivermos em consideração a proposta de estatuto aprovada pela senhora ministra da justiça,

São precisos 200 novos magistrados para conseguir as condições mínimas de resposta

Declarações de Paulo Rangel denotam vontade de controlo pelo poder político

que prevê um conjunto de mecanismos que se destinam ao controlo político da actividade do MP, percebemos que a lógica subjacente àquela afirmação [de Rangel] é a mesma, é uma lógica tributária de um totalitarismo e de perspectiva de controlo político da actividade do MP que pensávamos erradicação da sociedade portuguesa", ripostou o secretário-geral do SMMP. "Já nos bastaram 48 anos de obscurantismo e ditadura e não podemos de maneira alguma sequer pensar que alguém dentro do sistema político português tem tentações desse género", rematou.

DEZ PERGUNTAS AOS POLÍTICOS O SMMP convocou os jornalistas para fazer o balanço de um ano pós-reforma do mapa judiciário e lançar um desafio aos partidos políticos com assento parlamentar. Hoje mesmo segue uma lista de dez perguntas (ver coluna ao lado) para as quais se espera uma resposta nas próximas duas semanas. A ideia é levar os responsáveis políticos a apresentar, preto no branco, a sua posição sobre uma série de questões "centrais" para a administração da justiça. "Para

que não se discutam casos e se discuta o sistema", defende António Vendinhas.

Olhando para os programas que os partidos apresentaram para as eleições de Outubro percebe-se que, no que respeita à primeira pergunta (sobre a autonomia do MP, ponto central para o SMMP), o PCP é aquele que mais directamente aborda o tema. Os comunistas pretendem "respeitar escrupulosamente a autonomia do MP e dos seus magistrados na direcção funcional da investigação" e, de resto, consideram "imperioso romper com as tentativas de controlo governamental da investigação criminal".

Apostado em ver reforçados os quadros de magistrados, o SMMP encontra eco a essas aspirações no programa do Bloco, onde se defende a necessidade de "combater a lentidão da justiça, com reforço dos meios humanos nos tribunais e nos meios técnicos dos órgãos de investigação".

E que balanço faz o sindicato da reforma da justiça? "Mais do que uma reforma, foi uma obstinação", diz Filipe Preces. "A justiça está pior do que estava há um ano, essa é uma realidade incontornável", garante.

10 perguntas...

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público quer saber o que pensam os partidos sobre dez questões centrais.

1 Deve ou não ser reforçada a autonomia do MP, como defendido pelo Conselho da Europa, entre outras organizações internacionais?

2 Devem ou não os estatutos das magistraturas ser leis de valor reforçado?

3 Devem ou não todos os órgãos do MP ser dotados de autonomia financeira?

4 Devem ou não todos os órgãos de polícia criminal (OPC) estar funcionalmente dependentes do MP?

5 Deve ou não manter-se a coordenação dos OPC por entidade que não o MP?

6 Deve ou não o MP manter as funções que tem actualmente, designadamente nas áreas sociais?

7 Deve ou não manter-se no Ministério da Justiça o controlo das bases de dados do sistema judicial?

8 Devem ou não prover-se de imediato os quadros de magistrados do MP de juizes e oficiais de justiça?

9 Devem ou não ser instalados de imediato os gabinetes de apoio aos magistrados, previstos na lei desde 2008?

10 Devem ou não a AR e o governo ter o poder de livremente reduzir ou limitar as remunerações dos magistrados?